NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 30/Jun

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2594/2021

RIO GRANDE DO NORTE

Sindsegur notifica Interfort sobre situação dos vigilantes da Caixa

Nesta quarta-feira, 30 de junho, a coordenadora geral do Sindsegur, Dalcilene Cabral e o diretor jurídico Marcio Lucena estiveram na sede da Interfort para notificar a empresa sobre a situação dos vigilantes que trabalham nos postos de serviço da Caixa Econômica Federal.

A referida empresa de forma intransigente marcou uma reunião com os vigilantes no mesmo dia e horário da transição dos trabalhadores para a nova empresa que assumiu o contrato de vigilância com o banco.

O objetivo da Interfort através dessa atitude e coagir os trabalhadores para que os mesmos solicitem a demissão abrindo mãos de direitos fundamentais. Porém, a assessoria jurídica do nosso sindicato já está tomando as medidas cabíveis para resolver está situação.

O Sindsegur alerta aos trabalhadores sobre a importância de comparecer aos locais de trabalho para participar da transição junto a nova empresa.

“Não vamos aceitar que nenhum trabalhador seja demitido sem antes receber a indenização por aviso prévio e todos os direitos garantidos por lei”, afirmou a coordenadora Dacilene Cabral.

Nosso sindicato está encaminhando todas as formas de luta, politica e judicialmente, para combater os abusos praticados pelas empresas de vigilância e garantir os direitos e as conquistas dos vigilantes patrimoniais do Rio Grande do Norte.

Duvidas e esclarecimentos entre em contato com o Sindsegur 3322-2076.

Fonte: sindsegur

Governo quer manter suspensão e redução de jornada

Equipe econômica também discute maneiras para flexibilizar regras e reduzir custos de contratação com o objetivo de gerar vagas

Ideia é deixar na lei um gatilho permanente para o acionamento dessas ações trabalhistas
Foto: Scott Graham

O governo negocia com o Congresso Nacional uma mudança nas medidas que instituíram regras trabalhistas mais flexíveis na crise da covid-19 e no programa que permite redução de jornada e salário ou suspensão de contrato.

A ideia é deixar na lei um gatilho permanente para o acionamento dessas ações emergenciais, caso haja necessidade no futuro. A equipe econômica também discute, de forma mais ampla, maneiras para flexibilizar regras e reduzir custos de contratação, com o objetivo de impulsionar a geração de vagas.

"Se pudermos apertar um botão no futuro para acessar o BEm será muito importante", defendeu o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que prevê o benefício pago pelo governo para quem teve o salário cortado ou o contrato suspenso na crise.

“Estamos em momento de elaboração para termos um botão para momentos de calamidade”, reforçou. Segundo ele, o BEm conta com baixo número de irregularidades e fraudes, com índice de 0,7%.

Bianco salientou que, se for o entendimento do Congresso, a intenção é tornar perenes as duas MPs que permitiram o programa que autoriza a redução de jornada e salário e a suspensão temporária dos contratos de trabalho e as medidas que flexibilizam regras trabalhistas sobre férias, feriados, bancos de horas e FGTS.

Sobre a legislação trabalhista, Bianco avaliou que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nem sempre se aplica às novas formas de contratação que foram criadas no Brasil. Ele adiantou que o presidente Jair Bolsonaro lançará nos próximos dias a iniciativa de um marco legal para o enxugamento das normas, que vão ser diminuídas para um total de 12.

O secretário disse que a ideia é enxugar todas as normas infralegais na área de segurança do trabalho até a exclusão de portarias obsoletas, em movimento que já vem sendo feito pelo ministério.

“Tudo o que não tiver norma legal, estamos revisitando. A ideia é continuar com a simplificação trabalhista”, disse, explicando que as revisões estão sendo feitas em conjunto com empregadores e trabalhadores e garantindo que não haverá qualquer “passo atrás” para a segurança do trabalhador. “Queremos que as normas sejam dinâmicas, simples, palatáveis. Isso muda a lógica de tratamento de conversa com o setor privado”, disse.

Na visão do secretário, não há dúvidas de que a legislação trabalhista precisa ser atualizada, porque o mercado de trabalho é dinâmico e que a nova forma de trabalho em casa, o home office, precisará de um novo marco legal. Ele comentou que essa nova realidade de trabalho foi imposta pela pandemia de forma rápida e veloz. “Isso não é negativo. A pandemia trouxe tristeza, mas trouxe também mudanças que serão positivas no futuro”, avaliou.

Quando for feito um marco legal para o home office, de acordo com Bianco, haverá o compromisso do governo de abordar atividades internacionais por parte dos trabalhadores. “Não tenho dúvida de que teremos compromisso com o teletrabalho no marco do home office. O teletrabalho não pode ter fronteiras, tem que ter baliza, fiscalização, mas sem fronteiras”, enfatizou.

O secretário também disse contar com a “sensibilidade” do Judiciário para chancelar o trabalho intermitente no Brasil, modalidade em que o trabalhador é contratado com carteira assinada, mas sem a garantia de jornada mínima de trabalho. “É interessantíssima essa forma de geração de empregos em momentos de crise e também quando não há crise”, defendeu.

Na avaliação de Bianco, esse tipo de contratação é ainda pouco utilizado pela baixa segurança jurídica que existe hoje no País, deixando empresários temerosos. Ele fez essas afirmações durante live do jornal Valor Econômico para debater sobre as transformações, desafios e oportunidades na legislação das relações trabalhistas pós-pandemia. Além de Bianco, participaram do evento o deputado federal Christino Áureo, o presidente da Febraban, Isaac Sidney e a presidente do TST e do Conselho Superior de Justiça do Trabalho, Maria Cristina Peduzzi.

Fonte: TERRA

INSS estuda usar biometria para aprovação de empréstimo consignado

O INSS afirmou que estuda a possibilidade de usar biometria para confirmação por parte de seus segurados para aprovação de empréstimos consignados. A medida visa coibir o assédio praticado por instituições financeiras e correspondentes aposentados e servidores públicos para contratar empréstimos não solicitados.

Adoção da medida pode ser um alternativa para coibir assédio de bancos e financeiras a aposentados e pensionistas do INSS
Divulgação

O presidente do INSS, Leonardo José Rolim Guimarães, citou a possibilidade do uso da tecnologia biométrica em uma Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que discute o vazamento de informações do instituto.

Durante a audiência, parlamentares relataram casos em que o telemarketing de alguns bancos sabia da concessão de aposentadorias antes mesmo de os beneficiários saberem que tiveram sua aposentadoria contemplada pelo INSS.

"Sou servidor da Câmara e também recebo assédio de pedidos de consignados quase que diariamente. Em geral, isso é feito por correspondentes bancários, e é algo que ainda ocorre em larga escala", disse o presidente do INSS.

Diante do problema, o INSS, segundo Guimarães, estuda "a possibilidade de utilizar tecnologia de confirmação biométrica que já é usada para a prova de vida, para que o aposentado pensionista confirme o empréstimo consignado". Ele admitiu que esse tipo de assédio está, de fato, atribuído ao vazamento de informações, acrescentando que há também casos em que o assédio tem como origem as informações que já estavam à disposição de instituições depositárias em decorrência de empréstimos contraídos anteriormente.

O chefe adjunto do Departamento de Supervisão de Conduta do Banco Central, Francisco José Barbosa da Silveira, disse que o número de reclamações relativas à consignado é crescente.

"Infelizmente, no quarto trimestre de 2020, detectamos um aumento expressivo no número de reclamações relativas ao consignado, decorrentes do aquecimento desse mercado a partir da liberação da margem adicional de 5% em 1º de outubro", disse.

Silveira explicou que, em caso de não reconhecimento ou desistência do empréstimo, cabe à instituição financeira a obrigação de cancelar a operação "sem qualquer custo para o cliente, após o valor recebido".

Entre as sanções que podem ser aplicadas, Silveira apontou o bloqueio parcial ou total de atividades, a aplicação de multa ou até mesmo o encerramento do contrato. Com informações da Agência Brasil

Fonte: Revista Consultor Jurídico

Por que a luz vai ficar ainda mais cara no Brasil?

Receita da crise passa por devastação ambiental, desmonte da Eletrobras e privilégio aos lucros das empresas

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou reajuste de 52%. - Yash Patel/ Unsplash

Nos próximos meses, o Brasil pode viver a pior crise energética da história e o governo federal decidiu aumentar o prejuízo dessa conta para consumidoras e consumidores. Nesta terça-feira, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou aumento de preço em quase todas as bandeiras tarifárias.

A alta mais expressiva foi determinada para a modalidade vermelha patamar 2, justamente a que é usada nos momentos mais críticos da distribuição de energia. Implementado em 2015, o sistema de bandeiras indica quanto será cobrado a mais pela luz a depender das condições de geração.

Isso quer dizer que os preços aumentam caso as usinas não estejam conseguindo produzir em condições normais. Na bandeira verde, em cenários favoráveis, não há acréscimo. Se houver dificuldades, o país entra nas modalidades amarela e vermelha.

A definição desta semana, elevou o valor da bandeira vermelha patamar 2 em mais de 50%.

O valor já vale a partir do mês de julho. Não é a primeira vez que há aumento de tarifa este ano e, apesar dos esforços do governo de colocar a responsabilidade na escassez de chuvas, o buraco parece ser um pouco mais embaixo.

A conta da destruição: Dados apontam para crise hídrica no Brasil, intensificada pelo desmatamento amazônico

Para explicar como o Brasil chegou a esse cenário, é preciso levar em conta a óbvia falta de preparo do governo para a pior seca que o Brasil enfrenta em mais de 90 anos. Na equação, entram também as mudanças climáticas por causa da devastação ambiental e o desmonte da Eletrobras, em processo de privatização.

Em entrevista concedida ao Brasil de Fato no início deste mês, o engenheiro e professor do Grupo de Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Renato Queiroz demonstrou preocupação com a falta de movimentação do governo para encarar o problema.

Ele afirmou que somente a possibilidade de escassez já deveria impulsionar a busca por medidas e lembrou que, em 2001, a solução do governo de Fernando Henrique Cardoso passou por investimentos na Eletrobrás.

Para o professor, a venda da empresa neste momento é um ato de irresponsabilidade, "Eu digo sem qualquer ideologia: é uma inconsequência. Na hora em que estou numa crise sanitária, uma crise econômica, uma crise de possibilidade de falta de eletricidade, eu vou dar um tiro no escuro e ainda estou dizendo 'vai melhorar'. Mas como?".

O regime de chuvas no Brasil é diretamente influenciado pela região da amazônica e a devastação abre espaço para temporadas cada vez mais secas. Em maio deste ano, o desmatamento atingiu recorde histórico. Com o comprometimento do bioma, a chuva não chega a hidrelétricas importantes.

Tarifaço e lucro das empresas

Como quase tudo que permeia o governo de Bolsonaro, o problema não está só na falta de planejamento. Em artigo publicado no Brasil de Fato, os especialistas Dalila Calisto e Gilberto Cervinski (da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB) apontam que a política energética do governo privilegia os lucros das empresas geradoras.

O texto traz um alerta para "tarifaços prolongados" no bolso da população. Segundo a autora e o autor, em maio deste ano, os patamares dos reservatórios caíram para os piores índices desde a década de 1990, mesmo com a diminuição do consumo e com o regime de chuvas normal.

"O Operador Nacional do Sistema é um dos principais responsáveis por esse quadro de escassez", diz o artigo.

"Sob comando dos interesses empresariais do setor elétrico, o órgão prioriza o despacho das usinas para permitir a máxima lucratividade privada e o esvaziamento dos reservatórios, que eleva os preços e permite todo tipo de pilhagem como: Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), Bandeiras Tarifárias, Risco Hidrológico (GSF)", completa.

Edição: Leandro Melito

FONTE: Brasil de Fato - Nara Lacerda

INSS já pode bloquear benefício por falta de prova de vida

A partir deste mês, quem tiver o prazo para realizar o procedimento vencido poderá ter valor bloqueado e será avisado

Após 90 dias de bloqueio, benefício é cessado

REPRODUÇÃO/INSS

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) poderá bloquear a partir deste mês de julho o benefício de quem teve o prazo para a prova de vida vencido. Desde o início de junho, o instituto retomou a obrigatoriedade para aposentados e pensionistas do procedimento, que é feito todo ano, mas havia sido suspenso em março de 2020 por causa da pandemia de covid-19.

Os segurados com vencimento em março e abril deveriam ter feito o procedimento até esta quarta-feira (30). A partir desta data, o benefício poderá ser bloqueado. Para liberar o pagamento, a pessoa precisará ir a agência bancária onde recebe o benefício para fazer o recadastramento. Após 90 dias, caso ninguém compareça, o benefício será cessado.

O instituto divulgou calendário com as datas de acordo com o vencimento do ano passado.

Competência de vencimento da comprovação de vida	Competência da retomada da rotina
Março e abril/2020	Junho/2021
Maio e junho/2020	Julho/2021
Julho e agosto/2020	Agosto/2021
Setembro e outubro/2020	Setembro/2021
Novembro e dezembro/2020	Outubro/2021
Janeiro e fevereiro/2021	Novembro/2021
Março e abril/2021	Dezembro/2021

DIVULGAÇÃO/INSS

A partir desta quinta-feira (1º), a medida também passa a ser obrigatória a aposentados e pensionistas do serviço público federal e a anistiados políticos.

Até o dia 15 de junho, 23,6 milhões já haviam realizado o procedimento, sendo 12,1 milhões no ano passado e 11,4 milhões neste ano. Segundo o instituto, dos 36 milhões de segurados, ainda faltam 12,3 milhões.

Para fazer a prova de vida, basta comparecer presencialmente ao banco onde recebe o pagamento. Algumas instituições bancárias oferecem alternativas, como prova de vida pelo caixa eletrônico ou por aplicativos. O beneficiário deve confirmar as opções disponíveis e o horário de funcionamento junto ao banco, pois alguns oferecem horários diferenciados aos beneficiários do INSS.

Nos casos em que o beneficiário esteja impossibilitado de se locomover ou ausente devido a viagem, é possível realizar a prova de vida por procuração. Para isso, o beneficiário deve cadastrar um procurador pelo aplicativo Meu INSS.

O serviço de prova de vida por biometria facial está disponível no Meu INSS para alguns beneficiários que já possuem carteira de motorista ou título eleitoral com biometria facial cadastrada.

Os beneficiários que podem usar esse serviço são avisados por SMS (pelo número 280-41) ou e-mail. Quem não recebeu nenhum desses comunicados deve fazer a prova de vida como nos anos anteriores.

O procedimento previsto em lei é realizado para evitar fraudes e pagamentos indevidos e acontece uma vez por ano. O bloqueio do benefício acontece se o beneficiário não realizar a prova de vida no mês previsto no calendário. Nesse caso, basta procurar a agência bancária onde recebe o pagamento para desbloquear o benefício.

Fonte: R7

Contraf-CUT disponibiliza 2ª parte dos materiais de defesa dos bancos públicos

Peças servem de apoio às ações realizadas por sindicatos de bancários de todo o país em defesa dos bancos públicos e de seus funcionários

A segunda parte dos materiais de apoio à ação em defesa dos bancos públicos, realizadas pelos sindicatos dos bancários de todo o país, foi disponibilizada nesta quarta-feira (30) pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). Todas as peças, inclusive em arquivos editáveis, podem ser acessadas na área restrita do site. A primeira parte já havia sido disponibilizada na primeira quinzena de junho.

Nesta segunda parte, ressaltou-se a importância dos bancos públicos para o desenvolvimento regional, para a infraestrutura para a execução de políticas de assistência social do governo, como o Auxílio Emergencial, e para o atendimento bancário em municípios onde os bancos privados não têm interesse em atuar.

Os materiais foram pensados tendo como base a necessidade da utilização dos bancos públicos como impulsionadores de uma política econômica que geram benefícios para a sociedade, que trazem retornos, sociais e econômicos e fazem a economia girar. Também foi criada uma marca que mostra a necessidade de defesa (abraço) dos bancos públicos.

"O abraço, neste momento de pandemia, também mostra a necessidade do povo, do país, que precisa de atenção e acolhida pelos bancos públicos. Se não fossem os bancos públicos, a crise econômica e sanitária, a situação de desemprego e de falência de empresas estariam ainda pior", disse a coordenadora do Grupo de Trabalho em Defesa dos Bancos, Fernanda Lopes, que é secretária de Juventude da Contraf-CUT e funcionária do Banco do Brasil. "É uma campanha em defesa de todos os bancos públicos brasileiros, que são lucrativos e contribuem para o desenvolvimento econômico e social do país", completou.

FONTE: CONTRAF

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF